Geral

SAÚDE

Vacinação contra gripe gera filas na Capital

Idosos buscaram imunização desde as primeiras horas de segunda-feira; Estado deve vacinar 3,6 milhões de pessoas

Isabella Sander
isabella@jornaldocomercio.com.br

A manhã de segunda-feira foi de grandes filas nos principais postos de saúde de Porto Alegre, em função do início da campanha de vacinação contra a gripe. No Centro de Saúde Modelo, na avenida João Pessoa, apesar de o atendimento só começar às 8h, algumas pessoas chegaram em torno das 6h.

"Com o clima que faz aqui no Rio Grande do Sul, tomar a vacina é uma necessidade para quem quer cuidar da saúde", argumenta Jowan Fonseca, de 65 anos, que chegou às 7h no Modelo.

A imunização foi iniciada às 8h10min, já com reclamações sobre a demora. A fila, nesse horário, fazia a volta em torno do prédio, até a saída pelo portão lateral.

O Modelo atende uma população de cerca de 60 mil habitantes. "Podemos aplicar alguns milhares de doses por dia, em torno de 3 mil. Temos uma entrada separada para a vacina de adultos e outra para a de crianças, que seguem sendo atendidas normalmente, conforme seu calendário vacinal", destaca o médico da família e coordenador do Modelo, Francisco José Trotta Mazzuca.

Grande parte dos presentes era composta por idosos, um dos públicos-alvo da campanha. A vacina também é oferecida a crianças de seis meses a cinco anos, gestantes, mães até 45 dias após o parto, trabalhadores da área da saúde, indígenas, portadores de doenças crônicas não transmissíveis e outras condições clínicas especiais, pessoas de 12 a 21 anos que estejam cumprindo medidas socioeducativas, presidiários, funcionários do sistema prisional e professores de escolas públicas e privadas.

Segundo o secretário estadual de Saúde, Francisco Paz, a expectativa é vacinar as 3,6 milhões de pessoas que compõem o público-alvo. O Ministério da Saúde enviará 4 milhões de doses, a fim de que haja um excedente para o caso de quebra de frascos e para que possa haver uma sobra de imunizações a serem oferecidas ao restante da população. Um terço das doses já foi entregue.

A recomendação de Paz é que as pessoas procurem o quanto antes os postos, uma vez que a vacina leva dez dias para fazer efeito. "Apesar de a vacinação ocorrer até 1 de junho, estamos ganhando tempo. Quanto mais distantes estivermos do inverno quando recebermos as doses, melhor", sugere. O Modelo e a Unidade de Saúde São Carlos atendem das 8h às 22h; a Clínica de Família da Restinga, das 8h às 20h; e o restante das unidades, das 8h às 17h.

Além de proteger contra a gripe, a vacina reduz o número de internações pela doença, que pode trazer consequências graves e até mesmo levar a óbito. "A gripe não é uma doença tão leve como às vezes se pensa, principalmente para pessoas que já têm outra doença, para crianças muito pequenas, idosos e gestantes, que são os principais grupos-alvo", salienta o secretário de Saúde da Capital, Erno Harzheim. Em 2017, 48 mortes por gripe foram registradas no Estado. Em 2018, até agora, não houve nenhuma.

O dia 12 de maio será o chamado Dia D da mobilização nacional, quando alguns postos ficarão abertos extraordinariamente. Nos demais dias da campanha, as unidades de saúde oferecerão a imunização de segunda a sexta-feira.

MARCELO G. RIBEIRO/JC

Às 8h, fila ultrapassava o portão do Centro de Saúde Modelo

RS Sem Drogas traz informações sobre onde buscar atendimento

Isabella Sander
isabella@jornaldocomercio.com.br

O programa RS Sem Drogas, do governo do Estado, pretende trazer prevenção por meio da cidadania. As ações consistem na criação de um site (www.semdrogas.rs.gov.br) com informações sobre os riscos do uso de entorpecentes e onde buscar atendimento nos municípios, e na publicação de dois panfletos com os mesmos dados, para serem distribuídos para a comunidade escolar e servidores estaduais. O programa também prevê a criação de material para Ensino a Distância (EaD) dos profissionais.

Diretor do Departamento de Políticas Públicas sobre Drogas no governo do Estado, Irany de Souza reconhece que o poder público não está, com isso, "inventando a roda", mas sim levando conhecimento à população. "É preciso conhecer para enfrentar. O Estado já fez outras campanhas de combate às drogas que tiveram início e fim. Que resultados trouxeram? Merecemos programas que transponham gestões, que deem cidadania para a população", defende.

O desafio, nesse caso, foi reunir todas as políticas públicas promovidas pelas diferentes áreas do governo e organizá-las em um só lugar. Segundo Souza, o servidor público será capacitado para saber onde o usuário e sua família devem buscar atendimento e, com isso, orientar a população.

FREDY VIEIRA/JC

Panfletos serão distribuídos para estudantes e servidores estaduais

Especialistas se preocupam com a sobrecarga dos serviços

Especialistas ouvidos pelo **Jornal do Comércio** veem a divulgação de informações como um passo importante, porém pouco efetivo para um política de contenção de danos ou para quem já é dependente químico. Para eles, é necessário ir além da informação e capacitar agentes de segurança, equipar a rede pública de saúde e diferenciar usuários e traficantes.

A psiquiatra Carla Bicca, atuante na prevenção e no combate ao consumo de álcool e drogas, considera a divulgação sobre onde buscar informação um primeiro passo para o acesso adequado a tratamento - que, quanto mais cedo ocorrer, menos graves serão as situações e o número de internações por dependência química. "Hoje, a demanda é tanta que falta dinheiro para a prevenção. Talvez, se a demanda fosse menor, sobrasse algum dinheiro para prevenir a dependência", observa. De acordo com a médica, atualmente, há poucas informações sobre onde usuários de drogas e seus familiares devem procurar atendimento.

"Se criou uma cultura violenta de acerto de contas, disputa de territórios, status que um adolescente tem quando usa arma e parte para o confronto. Tudo isso precisa ser pensado, e não simplificado", opina.

O professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs) e especialista em Segurança Pública, Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, avalia a questão muito mais como um problema de saúde do que de segurança, mas considera que seria necessária uma política de prevenção entre policiais, para que entendam que há pessoas que se inserem no contexto das drogas por necessidade de renda.

Do ponto de vista de saúde pública, a alternativa seria uma proposta de redução de danos, como acontece em países como Portugal e Alemanha, nos quais o próprio Estado fornece entorpecentes enquanto faz um acompanhamento ao usuário, até que este largue o vício.

Pelo viés da segurança, Ghiringhelli aponta a Lei das Drogas, de 2006, como um problema, pois - apesar de endurecer a pena contra traficantes e abrandar contra usuários - manteve a falta de critérios objetivos já existentes, que definam quem é traficante e quem é usuário.

"A intenção é ótima, mas a tendência a não funcionar é muito grande em um serviço público caótico e falido", aponta o presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), Paulo de Argollo Mendes. O RS Sem Drogas "recomenda, por exemplo, chamar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). O Samu estadual tem 29 médicos para receber ligações e dar orientações de atendimento a 5 milhões de gaúchos que usam o Sistema Único de Saúde (SUS). Não pode dar certo mandar ligar para um serviço estrangulado", critica.

Segundo o médico, hoje, 200 pessoas com laudo apontando risco à sua saúde ou a de terceiros aguardam leitos psiquiátricos no Estado. Procurar postos de saúde também não parece verossímil ao sindicalista, uma vez que estes estão "absolutamente sobrecarregados e com falta de médicos", já que as prefeituras, de modo geral, não contratam médicos o suficiente.

Carla compartilha da mesma ideia de Argollo sobre a rede de atendimento e a necessidade de mais leitos para internação - tanto na rede pública quanto na privada -, mas vai adiante. A psiquiatra sugere, em um segundo momento, a divulgação de boletins informativos mais específicos sobre os danos e os riscos de usar entorpecentes, e, ainda, aponta o treinamento de agentes comunitários para orientação em escolas como uma aposta na prevenção primária.